

## Sumário

---

PREFÁCIO .....	11
INTRODUÇÃO .....	17
<b>CAPÍTULO I – O CÓDIGO DE DEFESA DO CONTRIBUINTE: NATUREZA, APLICABILIDADE, VIGÊNCIA E OBJETO .....</b>	<b>21</b>
1.1. Direitos e garantias dos contribuintes como desdobramentos dos direitos humanos e fundamentais e das boas práticas de Administração Tributária .....	21
1.2. Os direitos e garantias dos contribuintes no Direito estrangeiro .....	24
1.3. O Código de Defesa do Contribuinte brasileiro (CDCont) .....	27
1.4. Natureza e aplicabilidade do CDCont .....	28
1.5. O conteúdo normativo do CDCont .....	30
1.6. A vigência do CDCont .....	32
<b>CAPÍTULO II – AS NORMAS FUNDAMENTAIS DA RELAÇÃO TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>33</b>
2.1. As normas fundamentais como direitos e garantias, deveres e obrigações de ambas as partes .....	33
2.2. Dos deveres da Administração Tributária .....	36
2.3. Os direitos do contribuinte ou responsável .....	53
2.4. Os deveres do contribuinte .....	59
2.5. A priorização da resolução cooperativa e coletiva das controvérsias .....	65
2.6. A disponibilização de informação aos contribuintes .....	68
<b>CAPÍTULO III – OS CONTRIBUINTE BONS PAGADORES E COOPERATIVOS NA APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E DO DEVEDOR CONTUMAZ .....</b>	<b>73</b>
3.1. A política da Administração Tributária no seu relacionamento com os bons e maus contribuintes .....	73
3.2. O simplismo da distinção entre bons e maus contribuintes, os inúmeros matices e possibilidades .....	74

3.3. Dos contribuintes bons pagadores e cooperativos.....	77
3.4. Do devedor contumaz.....	78
3.5. Os efeitos penais da contumácia.....	102
<b>CAPÍTULO IV – OS PROGRAMAS DE CONFORMIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA.....</b>	<b>109</b>
4.1. A conformidade tributária.....	109
4.2. O Programa Confia.....	113
4.3. O Programa Sintonia.....	119
4.4. O Programa OEA.....	121
4.5. Os Selos de Conformidade.....	130
<b>CAPÍTULO V – OS AJUSTES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA PARA ADEQUAÇÃO AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONTRIBUINTE.....</b>	<b>135</b>
5.1. As disposições finais da LC 225/2026.....	135
5.2. Alteração no Cadin – Lei 10.522/2002.....	137
5.3. Sujeição a obrigações acessórias dos arranjos de pagamentos, pres- tadores de serviços de pagamentos e instituições de pagamento – Lei 12.865/2013.....	138
5.4. Revogação do antigo bônus de adimplência fiscal – Lei 10.637/2002....	140
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>143</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>145</b>